

O Intendente e a Cidade: Modernização e Urbanização em Campo Grande (1921-1923)

Carlos Alexandre Barros Trubiliano*

As primeiras décadas do século XX, ao que tudo indica, marcou profundas transformações no sul de Mato Grosso em especial para a cidade de Campo Grande, o período foi caracterizado por (re)ordenamentos no interior das elites locais que, simultaneamente, se empenhavam na elaboração e/ou no reforço de imagens positivas sobre a cidade e o Estado (NEVES, 1988). No intuito de apagar o “estigma da barbárie” (GALETTI, 2000) que tradicionalmente caracterizava Mato Grosso, essas elites procuravam representá-lo como “reserva de brasilidade”¹, terra das oportunidades emoldurada pela garantia da ordem e da lei.

Podemos caracterizar a chegada dos trilhos da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (NOB), em maio de 1914, como um marco no processo de urbanização de Campo Grande. Através da ferrovia a cidade recebe significativo contingente de migrantes oriundos de outros estados da federação e de vários países, bem como, o município fica mais atrelado aos pólos dinâmicos do capitalismo do Sudeste brasileiro. Esse novo quadro político, econômico e social foi marcado pela chegada de empreendedores/ investidores, bem como por novos personagens urbanos, a exemplo de jogadores e prostitutas.

No anseio de incorporar Campo Grande ao mundo moderno, suas elites procuraram remodelar a cidade introduzindo, na tradicional paisagem de "povoado de uma rua só", elementos urbanísticos convencionalmente chamados, na época, de operações de embelezamento e saneamento, os quais, utilizados pelas maiores cidades do mundo, formulavam outras relações no espaço urbano pela criação de uma nova simbologia.

Em 1909, chegou à cidade o engenheiro Nilo Javari Barém com o intuito de elaborar uma planta de Campo Grande, seguindo os interesses da ferrovia - um dos

* Mestre em História pela Universidade Federal da Grande Dourados; Doutorando em História pela Universidade Estadual Paulista campus de Franca.

¹ Essa expressão constituiu-se no título de um livro, em que Rezende Rubim narrou a viagem por ele realizada à Amazônia e Mato Grosso. RUBIM, Rezende. **Reservas de Brasilidade**. SP: Cia Editora Nacional, 1939.

símbolos maiores da modernidade à época. De acordo com o seu projeto, as ruas foram traçadas em direção aos pontos cardeais e ortogonais entre si, ficando as quadras em formato de xadrez. O objetivo era colocar a cidade no universo da vida civilizada, que contivesse elementos da racionalidade urbanística, materializada na construção de ruas largas e de uma ampla avenida central ajardinada, pressupondo o sentido do fluxo intenso, bem como na edificação de uma praça central que se apresentaria como núcleo da vida em sociedade. (GARDIN, 1999: 37-38)

Com base nesses pressupostos urbanísticos, o novo Código de Posturas, lançado em 1921, teve como principal preocupação o arruamento, a delimitação dos terrenos e o tipo das construções do centro da cidade. Caberia a Arlindo de Andrade Gomes, como Intendente da cidade a partir de 1921, não somente o papel de "decorá-la", (conforme Paulo Coelho Machado, "*foi ele quem arborizou as ruas e cuidou das praças e jardins e também de seu arruamento*" (MACHADO, 1988: 47)), mas de reformá-la, uma vez que as construções de taipa na área urbana central foram demolidas, cumprindo as condições de salubridade e de higiene impostas pelo Código de Posturas de 1921, que obrigava a demolição de imóveis de taipa e sua substituição por outro de alvenaria de tijolos. (ARRUDA, 1995)

Como observou Gilmar Arruda, "a urbanização, ou melhor, o arruamento como foi chamado em Campo Grande, significava delimitar espaços de circulação e moradia entre os habitantes" (ARRUDA, 1995: 43). Ainda para esse autor, a lógica que presidiria as diversas regulamentações de "higienização" e ordenamento da cidade:

"era a de manter os ambientes arejados e iluminados. [...] A intenção era a de construir um novo tipo de moradia para um novo tipo de morador. As casas de taipa, por exemplo, não poderiam ser mais reformadas e as fachadas de zinco ou tábua deveriam ser trocadas por tijolos. Os mais atingidos, conseqüentemente seriam os mais pobres, cujas casas não poderiam seguir as especificações dos Códigos de Posturas. Mais um resultado do 'drama do progresso'." (ARRUDA, 1995: s/p)

Diante desse contexto, devemos enfatizar a atuação de Arlindo de Andrade Gomes intendente municipal entre 1921 e 1923. Durante seu mandato além das reformas urbanísticas destaca-se, entre outras obras, a construção de quartéis na cidade,

que na época recebia a Circunscrição Militar, do Grupo Escolar e a Cadeia Pública. (ANDRADE FILHO, 2000)

Podemos enquadrar o mandato de Arlindo de Andrade Gomes, dentro do período, que o historiador Nicolau Sevcenko, define como *Revolução Científico-Tecnológica* (SEVCENKO, 1998), momento marcado por transformações históricas e do cotidiano, ligadas ao desenvolvimento da técnica científica e da higienização que objetivava recriar o mundo de acordo com os desejos e necessidades dos homens burgueses, nesse momento as ações, políticas e comportamentos deveriam ser pautados pela: ciência, razão, progresso, ordem e civilização formando assim os paradigmas da modernidade (BERMAN, 1997: 15).

Logo a crença no progresso e da racionalidade técnica a serviço da remodelação dos espaços urbanos marcou a visão de urbanização de Arlindo de Andrade Gomes, materializada através de obras públicas como a construção do Grupo Escolar:

“O município contratou com o Estado, por não ter havido concorrentes, a construção do edifício para o nosso grupo escolar, pelo preço de Rs. 151:087\$180, sendo que o terreno também foi adquirido pela municipalidade, pelo preço de Rs. 6:500\$000, na Avenida, em bom local. Agora mesmo trabalha-se nesta obra, cuja terminação é urgente.”(GOMES, 1922:11)

É possível afirmarmos que a construção do Grupo Escolar manifestou uma das preocupações das elites campo-grandense da década de 1920, cujo entendimento era de que a escolarização seria vital para o progresso, civilização e modernização da cidade, bem como, de seus cidadãos, em outras palavras, “...a escolarização foi percebida como um instrumento de correção do processo evolutivo e como uma força propulsora do progresso da sociedade” (NAGLE, 2001: 165).

No início de século XX a Escola na ótica de educadores, médicos e sanitaristas, deveria exercer duas funções a primeira como um espaço formador de cidadãos produtivos, que seriam o futuro da nação; a segunda “evitar a formação de espíritos descontentes, desajustados e rebeldes” (RAGO, 1987: 121). Nesse sentido, coube ao Estado a criação de instituições moldadas nos valores burgueses para a formação do caráter da criança dentro da ética do trabalho (QUELUZ, 2000).

Logo podemos entender a escola sob o prisma da concepção Foucaultiana de *sociedade disciplinar*, uma vez que, segundo Michel Foucault as relações de poder

estabelecidas no século XX entre os indivíduos e as instituições, seja ela a família, as prisões, os quartéis, ou até mesmo as escolas, foram abalizadas pela disciplina, com a finalidade de produzir *corpos dóceis*, eficazes e submissos econômica e politicamente (FOUCAULT, 1999). Tal prática fica evidenciada no relato da professora Maria Luísa Vidal Borges Daniel que lecionou entre os anos de 1935 a 1952 no Grupo Escolar:

“Sempre fui muito exigente com a disciplina. Quando tocava a campainha, os alunos faziam fila, cantavam o Hino Nacional e dirigiam-se em silêncio para a sala de aula. Os professores que já estavam aguardando, iam-se caminhando para suas salas [...]” (*apud* SÁ ROSA, 1990, p.65-66).

Ainda na fala da professora Maria Luísa Vidal e no tocante a disciplina, a utilização do espaço, como uma das estratégias de controle e conformação dos corpos, é pensada e implementada seguindo uma rigorosa e eficiente distribuição dos indivíduos; esses espaços “*realizam a fixação e permitem a circulação; recortam segmentos individuais e estabelecem ligações operatórias; marcam lugares e indicam valores*” (FOUCAULT, 1999: 126-127), tal estratégia é evidenciada pela construção e distribuição dos educandos dentro do prédio do Grupo Escolar.

“Naquele tempo, a disciplina era fundamental. A separação entre alunos e alunas era tão rígida que até o prédio era construído em forma de U, de modo a abrigar de um lado as classes do sexo masculino e do outro as do sexo feminino. O recreio dos meninos era de um lado, o das meninas de outro. O encontro entre os meninos e meninas dava-se apenas nas festas literárias e esportivas, que eram realizadas no salão nobre da escola. Só se admitiam classes mistas, quando havia número insuficiente de alunos para separá-los. E olhe que naquele tempo as classes tinham até 50 e 60 alunos. Quando havia uma classe mista, os meninos e as meninas eram muito vigiados, para que não se comunicassem entre si. (*apud* SÁ ROSA, 1990, p.65-66)”.

Deste modo a escola faz parte das diferentes formas de controle social concebida nas *sociedades disciplinares*, esse controle exercido pelo o que Foucault nomeou de “*instituições de sequestro*”, como a fábrica, o manicômio, a prisão tinha por finalidade:

“não excluir, mas, ao contrário, fixar os indivíduos. A fábrica não exclui os indivíduos; liga-os a um aparelho de produção. A escola não exclui os indivíduos; mesmo fechando-os, ela os fixa a um aparelho de transmissão do saber. O hospital psiquiátrico não exclui os indivíduos; liga-os a um aparelho de correção, a um aparelho de normalização dos indivíduos. O mesmo acontece com a casa de correção ou com a prisão” (FOUCAULT, 1984: 91-92).

Se coube a escola instruir, em uma cidade em transformação física e social que no início do século XX passa a aspirar uma sociedade burguesa e disciplinadora, para aqueles que se comportassem de maneira contrária a essa hegemonia se fez necessário a criação da prisão, no caso de Campo Grande onde “*a criminalidade crescente e a ordem pública impõem a existência duma cadeia moderna, que poderia servir como penitenciária para as comarcas do Sul*”(GOMES, 1922:11), a Cadeia Pública outra instituição caráter eficiente e “educadora” foi projetada sua construção durante a intendência de Arlindo de Andrade Gomes – “*será demarcado e reservado para o Estado, em toda a extensão da Rua 26 de Agosto à margem do córrego Prosa.*” (GOMES, 1922:11).

Com efeito, a prisão faz parte do sistema de normas, a “sanção normatizadora”, não se tratando apenas da privação de liberdade, ela se propõe a um fim: através de suas técnicas corretivas ela aspira à regeneração dos encarcerados:

“deve tomar a seu cargo todos os aspectos do indivíduo, seu treinamento físico, sua aptidão para o trabalho, seu comportamento cotidiano, sua atitude moral, suas disposições. Além disso, a prisão é sem exterior nem lacunas; não se interrompe, a não ser depois de terminada totalmente sua tarefa; sua ação sobre o indivíduo deve ser ininterrupta: disciplina incessante. Enfim, ela dá um poder quase total sobre os detentos; tem seus mecanismos internos de repressão e de castigo: disciplina despótica (FOUCAULT, 1999:211)”.

É importante salientar que o prédio/espço físico da prisão exerce um papel de orientação no imaginário social, em outras palavras a escolha de sua localização reflete projeções dos medos, interesses e aspirações, modelando comportamento, condutas e visões de mundo (DURAND, 1982). Logo a construção da Cadeia Pública nas proximidades da região central de Campo Grande revela o planejamento urbano para cidade, dotado de uma racionalidade normatizadora do espaço urbano

“As disciplinas, organizando as “celas”, os “lugares” e as “fileiras”, criam espaços complexos: ao mesmo tempo arquiteturais, funcionais e hierárquicos. São espaços que realizam a fixação e permitem a circulação; recortam segmentos individuais e estabelecem ligações operatórias; marcam lugares e indicam valores” (FOUCAULT, 1999: 135)

No contexto da década de 1920 a ordenação do espaço, nesse contexto, tem para com a formação do homem uma relação de simbiose, em que homem e espaço físico se influenciam mutuamente. Portanto, ordenar o espaço tem um aspecto político muito mais relevante do que propriamente geográfico. Essa ordenação é de cunho pedagógico já que, dentre outros intuitos, visava ensinar o homem a se comportar na nova sociedade, que estava se constituindo em sintonia com o ideário republicano.

A ação sobre o corpo, o adestramento, a regulação do comportamento, a normalização do prazer, a interpretação do discurso, com o objetivo de separar, comparar, distribuir, avaliar, hierarquizar, tudo isso faz com que apareça pela primeira vez na história esta figura singular, individualiza – homem – como produção do poder. (FOUCAULT, M. 1985, p.20.)

Diante do exposto, a ação dos donos do poder, materializada na organização urbanística da cidade, atuou sobre o corpo com a normatização do comportamento dos sujeitos. O objetivo foi controlar os espaços para influenciar os corpos. A produção do poder, nesse sentido, é de suma importância para a manutenção dos comportamentos dos corpos através da mobilidade social, buscando torná-la cada vez mais “limitada”, e desta forma, controlada. As ações dos corpos devem ser enquadradas dentro de regras e de normas impostas pelos territórios, que também devem parecer, ideologicamente, como “normais”, como “naturais” para o “bem comum” da sociedade.

Assim, para uma melhor definição dos espaços deveria o centro da cidade ser o exemplo de modernidade e beleza, nesse sentido, as edificações dessa região, durante a intendência de Arlindo Andrade Gomes, foram regulamentadas, através do Código de Postura de 1921, normas que obrigavam aos proprietários das construções de taipa, na área urbana central de Campo Grande, demolirem seus imóveis em comprimento as condições de salubridade e de higiene impostas pela lei.

Deste modo, seguindo a lógica organizacional de Campo Grande, para as elites locais que ambicionava uma cidade com o status de espaço civilizado e higiênico não seria permitido bem no centro da cidade, “*na confluência da Av. Afonso Pena com a Rua 14, onde hoje se eleva o Edifício Santa Olinda, (...) uma casa, velha, de pau-a-pique, chão batido, abaixo do nível da rua*” (SERRA, 1989: 09). Nas palavras do intendente Arlindo de Andrade Gomes seria “*uma agressão à fisionomia da cidade,*

condenou-a e determinou aos Irmãos Suarez, seus proprietários, que a demolissem” (SERRA, 1989: 09).

Todavia, os proprietários “*por turra ou estribados em direito, eles não a derribaram*”, restando então como única alternativa para intendência agir em “*certa noite, em meados de 1923, dez ou mais homens, de machados e picaretas, puseram-na abaixo. De manhã, era apenas um monte de barro, taquaras e telhas velhas*” (SERRA, 1989: 09). Tal atitude tomada pelo intendente é reveladora na medida em que “*de um lado, a idéia do progresso pela ciência e, de outro, o conceito de ditadura republicana, que contribuía poderosamente para o esforço da postura tecnocrática e autoritária*” (CARVALHO, 1987:35).

Em outras palavras, as medidas tomadas pela intendência com intuito de “limpar” ou embelezar a urbe se voltavam não só apenas no tocante a infra-estrutura, mas também possuía um caráter preventivo e informativo, visando de certo modo à normalização da vida social através de como deveria ser as construções e avisando – “*a quem quer que fosse*”, em especial aos “*paus-rodados*”² que para quem se coloca-se ante a modernização a resposta veria na ponta da picareta.

As preocupações do Dr. Arlindo de Andrade Gomes também se estenderam no tocante a reforma do cemitério da cidade, que se encontrava abandonado servindo de local para vandalismo e ataque de animais selvagens e domésticos aos túmulos, contrariando os preceitos da ordem e higiene republicana e os princípios da Igreja que condenavam a falta de cuidado com os mortos. Deste modo, o intendente determinou “*à seção de engenharia a organização da planta, que já está aprovada, em estilo moderno. O muramento do terreno é urgente, sendo este serviço o primeiro a iniciar. O portão já está encomendado*”. (GOMES, 1922:12).

No entanto o problema do Cemitério Público não se resumia apenas a reformas, por instrução da medicina higienista em especial a teoria miasmática, “*cujo fundamento era que as partículas da matéria orgânica em decomposição se dissipavam pelo ar e contaminavam aqueles que estavam por perto*” (GANELIE, 2010:02), fazia-se necessário a implantação de um cemitério fora da parte urbanizada da cidade, ou o mais longe possível da região central. Deste modo, o intendente intencionava remover os

² Expressão popular utilizada no Estado de Mato Grosso para identificar o imigrante originário de outro Estado ou País, geralmente visto como desconfiança pelas elites locais. Mais informações ver entre outros textos: GOMES, William. **Dicionário Cuiabanês**. Cuiabá, 2000.

corpos do antigo cemitério: “*vou determinar a exumação dos restos existentes no cemitério velho, tendo combinado com várias famílias o modo de execução deste serviço*” (GOMES, 1922:12).

Ainda no tocante ao cemitério, outra mediada a ser tomado por Arlindo de Andrade seria de caráter administrativo, “*passando a administração do cemitério a pessoa mais prática, por este ano, tomará, aquele bem, aspecto mais digno do nosso tempo. Até agora o que temos é cousa lastimável*” (GOMES, 1922:12), com essa medida a intenção seria dar aos sepultamentos um caráter mais civilizado, organizado e higiênico, normatizando uma prática que nem sempre era realizada nos moldes da medicina pelos sertanejos.

Outros dados de transformações em Campo Grande ocorreram com a chegada da luz elétrica e da rede de água urbana, ambos na década de 1920, gerando, segundo o arquiteto Ângelo Arruda, “mudanças de hábitos e, portanto, de organização no espaço da casa campo-grandense” (ARRUDA, Ângelo, 2003:s/p). As obras de encanamento tubulado da água começaram na administração de Arlindo Gomes e foram concluídas, pelo menos no perímetro urbano de Campo Grande, em 1926, durante o mandato de Arnaldo Figueiredo, período em que chegaram à cidade as primeiras torneiras e registros importados da Inglaterra ou dos Estados Unidos. Deste modo, segundo Arruda:

“O layout da casa muda: antes, a latrina era externa (já que a atividade de tomar banho podia ser exercida dentro do quarto, com latões de água), nos quintais e com a chegada desse serviço muito caro pela importação do material, forçou que banheiro e cozinha ficassem próximos para economizar na tubulação. Com essa modernidade foi erguida a primeira casa de Campo Grande com banheiro tubulado e interno: a residência do próprio Intendente da época das benfeitorias, Arnaldo Figueiredo, projetada pelo engenheiro Camillo Boni em 1922.” (ARRUDA, Ângelo, 2003:s/p)

Outra transformação ocorrida em Campo Grande diz respeito à instalação da Companhia Mato-grossense de Eletricidade (CME), na década de 1920, substituindo o ciclomóvel - gerador a vapor de potências desconhecias que supria as necessidades de energia elétrica no perímetro urbano de Campo Grande. A CME construiu, em 1924, na região do Inferninho, próximo à fazenda do Dr. Vespasiano Martins, a Usina do Ceroula, com turbinas Pelton Voigt/ Siemens e um sistema de “11,4 kV, com cerca de 15 quilômetros, transmitindo e distribuindo a partir de um prédio em uma empresa à Rua General Rondon, esquina da Avenida Calógeras, de onde derivavam os

alimentadores pioneiros e se situavam as balanças de série da iluminação pública em 2,2 kV." ³

Com a instalação da usina e a ampliação da potência elétrica, os habitantes de Campo Grande viram a chegada de novos aparelhos de caráter doméstico, como a vitrola e os refrigeradores (vale a pena frisar que houve a possibilidade de uso desses aparelhos e não a sua popularização) e os de caráter mais público, como o cinema, com tecnologia sonora e visual, que promoveram enormes transformações sociais e arquitetônicas na cidade.

Por fim, as ações transformadoras do Dr. Arlindo de Andrade Gomes enquanto intendente municipal, marcada por uma intransigência, e por vezes, ações de truculência, refletem a crença inabalável nas ciências, em especial na medicina e na arquitetura em transformar um povoado sertanejo na região mais moderna e civilizado da fronteira oeste do Brasil, seu legado pode ser visto através das ruas e praças de Campo Grande nos dias de hoje, mas sua maior herança foi o pionerismo na prática de uma cultura política marcada pela demolição do “velho”, “feio” e “sujo” e a construção ou substituição pelo novo, moderno e higiênico, mas essa temática e os herdeiros de tal prática ficarão para um próximo artigo.

Referências Bibliográficas

ANDRADE FILHO, Persio, et al, in: *Série Campo Grande - Personalidades*. Campo Grande. Arquivo Histórico de Campo Grande. 2000.

ARRUDA, Ângelo Marcos Vieira de. **A casa em Campo Grande: Mato Grosso do Sul, 1950-2000 – parte 1**. Revista Arquitectos n° 36, maio de 2003.

ARRUDA, Gilmar. “A Ferrovia Noroeste do Brasil: o último trem para o sertão”. **Cadernos de Estudos Urbanos**. Campo Grande: Conselho Regional de Construtores de Imóveis, n° 3, 1995.

ARRUDA, Gilmar. “A Ferrovia Noroeste do Brasil: o último trem para o sertão”. **Cadernos de Estudos Urbanos**. Campo Grande: Conselho Regional de Construtores de Imóveis, n° 3, 1995.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*, São Paulo, Companhia das Letras, 1997.

³ A respeito do ciclomóvel sabe-se que era um gerador de energia elétrica instalado pelo Sr. Antônio Veronese, na rua 26 de Agosto, em Campo Grande. Durou até 1924, quando foi substituído pela *Usina do Ceroula*. O que não se sabe é quando o ciclomóvel começou entrar em funcionamento; Dados obitidos em: **Campo Grande - 100 anos de Construção**. Campo Grande: Matriz Editora, 1999.p.149.

Campo Grande - 100 anos de Construção. Campo Grande: Matriz Editora, 1999.

CARVALHO, J. M. de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi.** São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

DURAND, Gilbert. **A Imaginação Simbólica.** São Paulo: Cultrix, 1982

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão.** 20ª edição. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. **A verdade e as formas jurídicas,** "Cadernos da PUC/ RJ", série Letras e Artes, 6/74, nº 16, 1984.

GANELIE, Luisa Santana. **Higienismo na cidade de São Paulo no século XIX: Memórias sobre temas urbanos.** Anais do XV Encontro de Iniciação Científica da PUC-Campinas. SP. 2010

GARDIN, Cleonice. **Campo Grande entre o Sagrado e o Profano.** Campo Grande: Ed. UFMS. 1999.

GOMES, Arlindo de Andrade. **O Município de Campo Grande – 1921.** Campo Grande: 1922.

GOMES, William. **Dicionário Cuiabanês.** Cuiabá, 2000.

MACHADO, Paulo Coelho. **Arlindo de Andrade - Primeiro Juiz de Direito de Campo Grande.** Campo Grande: Tribunal de Justiça, 1988

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República.** 2. ed. São Paulo: DP&A, 2001.

QUELUZ, Gilson. **Concepções de ensino técnico na República Velha (1909-1930).** Curitiba: Cefet-Paraná, 2000.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar (1890-1930).** São Paulo: Paz e Terra, 1987.

RUBIM, Rezende. **Reservas de Brasilidade.** SP: Cia Editora Nacional, 1939.

SÁ ROSA, Maria da Glória. **Memória da cultura e da educação em Mato Grosso do Sul.** Campo Grande: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 1990.

SERRA, Ulisses. **Camalotes e guavirais.** 2 ed. Campo Grande: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, 1989.

SEVCENKO, Nicolau. **"Introdução. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso"**, pp. 7-48, ____ (Org.), *História da vida privada no Brasil*, República: da Belle Époque à era do rádio. São Paulo, Companhia das letras, 1998, Vol. 3.